

Revista de
Sociologia
e Política

Revista de Sociologia e Política
ISSN: 0104-4478
EditoriaRSP@ufpr.br
Universidade Federal do Paraná
Brasil

Carlos, Euzeneia

Contribuições da análise de redes sociais às teorias de movimentos sociais

Revista de Sociologia e Política, vol. 19, núm. 39, junio, 2011, pp. 153-166

Universidade Federal do Paraná

Curitiba, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=23819495011>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

CONTRIBUIÇÕES DA ANÁLISE DE REDES SOCIAIS ÀS TEORIAS DE MOVIMENTOS SOCIAIS

Euzeneia Carlos

RESUMO

Este artigo discute as contribuições da análise de redes sociais às teorias contemporâneas de movimentos sociais. Com base em revisão teórica de concepções consagradas no estudo da ação coletiva, examina as limitações de três conceitos em relação às práticas e aos atores coletivos contemporâneos: 1) organização de movimento social; 2) estrutura de oportunidade política; 3) frame de ação coletiva. Assume que a abordagem de redes sociais oferece contribuições fecundas às teorias dos movimentos sociais, ao propor uma investigação abrangente e dinâmica que permite o reconhecimento das múltiplas facetas que perpassam a ação coletiva. A análise de redes sociais possibilita reconstituir o denso e complexo tecido relacional que estrutura as relações entre atores sociais no interior de grupos e organizações específicas e o movimento, e daqueles com atores político-institucionais.

PALAVRAS-CHAVE: *redes sociais; movimentos sociais; estrutura de oportunidade política; frame.*

I. TEORIAS DE MOVIMENTOS SOCIAIS E ANÁLISE DE REDES SOCIAIS: BREVE INTRODUÇÃO

Comumente descritas como pertencentes à escola norte-americana – Teoria de Mobilização de Recursos (TMR) e Teoria do Processo Político (TPP) – e ao paradigma europeu de ação coletiva – Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS) –, essas teorias foram as que mais detidamente se debruçaram sobre o estudo dos movimentos sociais considerando-o um campo temático específico das Ciências Sociais. Embora não sejam necessariamente excludentes, cada uma delas desenvolveu uma estrutura de análise própria.

A TMR e a TPP centraram suas pesquisas nas condições de emergência, desenvolvimento e sucesso da ação coletiva, tendo como pressuposto a racionalidade da ação coletiva. Em reação às teorias funcionalistas do comportamento coletivo, os teóricos da mobilização de recursos defendem que a ação coletiva é fruto de um cálculo racional dos indivíduos sobre os custos e os benefícios da participação, cuja mobilização depende da posse de recursos materiais e não materiais que se encontram disponíveis na sociedade. Por sua vez, os teóricos do processo político, permanecendo com o enfoque na racionalidade e estratégia da ação, substituíram a centralidade atribuída à mobilização de recursos econômicos e

organizacionais pela dimensão política e cultural do movimento social, cuja ênfase recaiu sobre o papel do contexto político-institucional na emergência da ação coletiva (TARROW, 1997; DELLA PORTA & DIANI, 2006).

Em contraposição, a TNMS afirma que a ação coletiva não se restringe às trocas, negociações e cálculos estratégicos de custos e benefícios, possibilitando a compreensão de certos movimentos contemporâneos cujas lutas se desenvolvem de modo conectado a questões culturais (simbólicas e identitárias), em um vasto campo cultural no qual se formam laços de confiança e solidariedade (MELUCCI, 1989; BUECHLER, 1995; DELLA PORTA & DIANI, 2006). Sob essa perspectiva teórica, os movimentos são constructos sociais, cuja ação coletiva se estabelece através da interação de objetivos, recursos e obstáculos, dentro de um sistema de oportunidades e coerções (MELUCCI, 2002, p. 37). Esse modelo auto-reflexivo contribui para a compreensão de como os movimentos se constroem e por que os indivíduos criam laços de solidariedade, mesmo quando não serão diretamente afetados pelos benefícios alcançados. Nesse sentido, a luta dos atores coletivos não se restringe à sua inclusão no sistema de organização política ou à obtenção de benefícios materiais, mas envolve a construção de novas identidades, culturas, linguagens e hábitos.

Resumidamente, a ênfase explicativa na racionalidade e estratégia da ação pelas teorias estadunidenses, ainda que favoreça a compreensão de questões fundamentais sobre os movimentos sociais – por exemplo, como se organizam, como processam a acumulação de recursos e como percebem e respondem a oportunidades do contexto político –, conduziu a uma análise refratária a outras dimensões da formação do ator coletivo. Tais teorias não ofereceram “meios adequados para explicar as novas formas de organização ou os projetos dos movimentos contemporâneos que não simplesmente têm como objetivo que a economia ou o Estado os incluam ou lhes concedam benefícios materiais” (COHEN & ARATO, 1992, p. 562). Seu excessivo destaque ao indivíduo racional que efetua cálculos estratégicos conduz à desconsideração de elementos não-racionais da ação coletiva, como os processos de construção de solidariedades e identidades entre os participantes do movimento, cuja orientação “responde a uma lógica do sistema do campo cultural e da vida cotidiana das pessoas” (MELUCCI, 2002, p. 39-40). Por outro lado, para a vertente européia, a concentração exclusiva na análise da dinâmica da formação da identidade, em contraste com as demandas materiais e re-distributivas, como nos diz Touraine (cf. DELLA PORTA & DIANI, 2006), também tende a limitar a compreensão do movimento social.

As escolas norte-americana e européia de movimentos sociais, ora enfatizando a estratégia dos atores no alcance de seus objetivos, ora a identidade coletiva dos sujeitos na formação do movimento social (COHEN, 1985), impediram a formação de uma visão mais abrangente deste fenômeno social; capaz de elucidar de modo integrado tanto os nexos internos à ação coletiva quanto a relação dos participantes com atores político-institucionais, como o Estado e o sistema político mais geral.

Recentemente, estudos de movimentos sociais utilizando a análise de redes sociais¹ têm oferecido contribuições fecundas às teorias dos movimentos sociais, ao propor uma investigação complexa que permita o reconhecimento das múltiplas facetas que perpassam a ação coletiva. De-

certo, não é novidade que a ação coletiva é significativamente formada por laços sociais entre participantes, nem que movimentos formam uma complexa estrutura de redes que conecta uma multiplicidade de atores². Entretanto, a grande variedade de redes sociais presentes na estruturação da ação coletiva são quase sempre ignoradas pelos estudiosos de movimentos sociais e apenas mais recentemente o interesse pela relação entre movimentos sociais e redes sociais tem crescido (DIANI, 2003a).

A análise de redes sociais assume como premissa que as relações (ou laços) sociais estabelecidos por indivíduos, atores coletivos, associações ou organizações e instituições (e entre eles) constituem o elemento por excelência de estruturação da vida social. De modo geral, a abordagem relacional compreende a ação social dos atores como constituída em um contexto de relações múltiplas, dinâmicas e mutáveis (EMIRBAYER, 1997). Com base nesses pressupostos e aplicada aos movimentos coletivos, a análise de redes sociais possibilita reconstituir o denso e complexo tecido relacional que estrutura as relações entre atores no interior de grupos e organizações específicas ao movimento e, por extensão, desses com atores político-institucionais. Como defende Diani (2003a, p. 6), a perspectiva de rede pode iluminar diferentes dinâmicas que são essenciais para a compreensão empírica dos movimentos, permitindo a apreensão da multiplicidade de níveis de experiência usualmente encontrada em processos de ação coletiva e de mobilização de base.

Neste artigo busco analisar as contribuições da análise de redes sociais às Teorias de Movimentos Sociais, as quais são duplamente valiosas: primeiro, na apreensão do processo de construção dos atores coletivos a partir de uma estrutura relacional e dinâmica; segundo, no tratamento de limitações presentes em conceitos proeminentes na literatura. Com esse fim, organizo o trabalho em seções que se complementam. Segue a esta primeira parte três seções, nas quais examino as contribuições da abordagem de redes sociais a algumas das explicações dominantes nas teorias de movimentos sociais, quais sejam: 1) o conceito

¹ Para uma introdução à análise de redes sociais, ver Emirbayer (1997). No Brasil, os trabalhos de Eduardo Marques (2000; 2003) constituem a principal referência de aplicação da análise de redes sociais ao estudo das políticas públicas.

² Dentre os teóricos dos novos movimentos sociais, por exemplo, Melucci (1995) já enfatizava que a ação coletiva emerge de relações estabelecidas em redes sociais, além da ação de grupos, organizações e cadeias informais de indivíduos.

de movimento social como organização; 2) a estrutura de oportunidades políticas; 3) o *frame* de ação coletiva. Pondero que, nas reflexões acerca das limitações de categorias consagradas na vertente norte-americana de ação coletiva, os analistas de redes buscam concomitantemente valorizar a estrutura relacional dos movimentos e resgatar conceitos caros à escola européia.

II. CONCEITUANDO MOVIMENTOS SOCIAIS: DE ORGANIZAÇÕES ÀS REDES DE MOVIMENTOS

O conceito predominante de movimento social é tributário da Teoria de Mobilização de Recursos (TMR), segundo a qual o movimento é uma organização ou, nomeadamente, uma Organização de Movimento Social (OMS). Enfatizando as formas de organização centralizadas como pré-requisito ao desenvolvimento da ação coletiva, os teóricos da mobilização de recursos concebem os movimentos sociais como entidades burocráticas ordenadas, não-espontâneas e formalmente conduzidas.

Como explicam McCarthy e Zald, “uma organização de movimento social é uma organização complexa ou formal, a qual identifica seus objetivos a partir das preferências de um movimento social ou um contra-movimento e se esforça para implementar aqueles objetivos” (MCCARTHY & ZALD, 1977, p. 1218). No intuito de enfocar explicitamente o componente organizacional do movimento, a TMR distingue ainda do movimento coletivo a Indústria de Movimento Social (IMS) e o Setor de Movimento Social (SMS). Enquanto a IMS compreenderia as OMS, que tem como objetivo a realização de preferências amplas, o SMS consiste de todas as IMS em uma sociedade. De acordo com essa perspectiva teórica, os movimentos têm propriedades análogas às organizações que, por sua vez, possuem similaridades com as indústrias e firmas do mercado econômico. Nas palavras do próprio Zald: Organizações de Movimentos Sociais (OMS) podem ser vistas como paralelas a firmas competindo com outras firmas por recursos e para cumprir demandas. Todas as OMS dentro de um movimento particular pode ser pensada como uma indústria. Todas as indústrias de movimentos sociais constituem um setor de movimento social. Nós acreditávamos, e ainda acreditamos, que a analogia organizacional e/ou econômica nos permite ver como a demanda por ação do movimento configura o crescimento e declínio de uma indústria de movimento particular

e a diferenciação de OMS e táticas dentro do movimento” (ZALD, 2005, p. 159).

A caracterização da OMS ocorre em virtude de seus objetivos e metas, definidos a partir de uma estrutura preexistente de preferência e sub-preferência dos indivíduos que compõem o movimento e das demandas por preferências dos seus empreendedores; por outro lado, segundo as estratégias construídas para mobilizar suportes, neutralizar e/ou transformar elites públicas em simpatizantes, e mudar metas. Embora seus teóricos considerem que as táticas utilizadas na mobilização de recursos (legitimidade, dinheiro, facilidade e trabalho, por exemplo) são influenciadas pela competição ou cooperação inter-organizacional, o principal foco da TMR está nas organizações de movimentos, antes que na relação entre eles.

A estrutura organizacional do movimento, de fato, é um componente indispensável ao exame da ação coletiva, mas restringir a compreensão do movimento à análise de sua organização certamente produz uma miopia analítica com severas implicações. O risco de reificação do movimento social em organização está presente se reduzimos sua complexa e heterogênea rede de atores, instituições, processos, espaços e temporalidades aos arranjos organizacionais que a compõem. Desse modo, movimentos não são meras organizações, nem organizações se configuram em movimentos; por outro lado, os movimentos podem incluir organizações formais, mas sua complexa compreensão não se restringe ao domínio destas últimas. A organização do movimento é um elemento no amplo e variado leque de formações, processos e agentes que constituem o movimento e (re)definem sua fronteira.

As análises de movimentos que utilizam a abordagem de redes sociais têm atentado para essa lacuna e oferecido uma alternativa à tendência de tratar movimentos sociais como organizações de tipo peculiar³. Com este propósito destaco os estudos de Diani (1992; 2003a; 2003b), especial-

³ Os teóricos da MR classificam a OMS como uma organização de tipo peculiar, diferenciando-a das organizações da burocracia. A organização de movimento seria capaz de se engajar em processos de transformação organizacional e, com isso, tencionar a “lei de ferro”, de Michels, segundo a qual a institucionalização da organização está associada diretamente às suas burocratização e elitização (cf. ZALD & ASH, 1966).

mente pela sua revisão crítica do conceito de organização de movimento social e a sistematização da noção de Rede de Movimento Social (RMS), que visa analisar o movimento em sua abrangência, complexidade e heterogeneidade. Diani propõe um conceito alternativo a outras teorias de movimentos sociais, que valoriza a estrutura relacional da ação coletiva e a integração de diferentes abordagens analíticas.

Os analistas de redes sociais procuram identificar o movimento social como uma dinâmica social específica, diferente de processos cognatos de ação coletiva e de contenção política, como rebeliões ou revoltas. Segundo eles, o movimento é formado por: “atores formalmente independentes que estão situados em contextos locais específicos [...], produzem identidades específicas, valores e orientações, e perseguem metas e objetivos, estando ao mesmo tempo ligados através de formas de cooperação concreta e/ou reconhecimento mútuo em processos que vão além da ação de protesto específico” (DIANI, 2003b, p. 301). Conforme esta concepção, o movimento social se constitui mediante uma rede de interações informais, composta por uma pluralidade de atores (indivíduos, grupos, associações ou organizações) que se engajam em relações de conflito com oponentes claramente definidos e compartilham uma identidade coletiva distinta. O autor reúne no conceito de RMS um tripé de elementos co-constituintes – rede informal, conflito social e identidade coletiva – melhor definidos a seguir: “*Redes informais*: os movimentos são formados por densas redes informais as quais permitem aos atores (indivíduos e organizações) as trocas de práticas e recursos simbólicos, através da coordenação de mecanismos de intercâmbio e distribuição que são negociados entre os próprios atores. *Conflito social*: atores de movimentos são engajados em conflito político e/ou cultural para promover ou se opor a uma mudança social; conflito significa aqui uma relação de oposição entre atores que disputam um mesmo interesse (se político, econômico ou cultural), cuja demanda quando realizada por um, amarga o interesse do outro. *Identidade coletiva*: o movimento social toma corpo na medida em que desenvolve uma identidade coletiva, a qual vai além de um evento específico, de uma iniciativa ou campanha; a identidade coletiva é construída com base em interpretações e narrativas e permite que cada ator se identifique como parte do esforço coletivo, enquanto mantém sua

própria identidade como ativista individual; ela está associada ao reconhecimento mútuo entre os atores, o qual define as fronteiras de um movimento que são, por consequência, inerentemente instáveis” (DIANI, 2003b, p. 301-302; sem grifos no original).

O conceito de RMS favorece o estudo do movimento como um todo – em sua heterogênea gênese –, o qual pode ser constituído por ativistas, grupos, organizações e indivíduos. Tais componentes da rede possuem vários níveis de formalização, se conectam através de modelos de interação, intercambiam com os diferentes espaços e níveis de centralidade e produzem relações de cooperação ou antagonismo⁴. Na rede do movimento as relações podem consistir em laços diretos ou indiretos, as relações podem ser simples ou múltiplas e a fronteira da rede representa sua própria estrutura que é contingente, fluida e dinâmica.

A natureza informal das redes, ao mesmo tempo em que permite a diferenciação entre movimentos e organizações, possibilita abordar a questão da relação entre movimentos coletivos e canais da política institucional (como partidos políticos e agências do Estado), além da mobilização de recursos de poder voltados às ações de protesto público. Definir o movimento social em termos de rede de relações, e não de organização formal ou eventos, permite identificar todos aqueles indivíduos, grupos e organizações que se auto-identificam (e são identificados pelos outros) como parte de um mesmo movimento; assim como aqueles com os quais o movimento interage (direta ou indiretamente) na vocalização e atendimento de seus objetivos, como outras organizações, redes e a institucionalidade política⁵.

⁴ No Brasil, destaco os estudos sobre movimentos sociais de Scherer-Warren acerca das articulações entre organizações sociais e atores coletivos em redes de movimentos. Para a autora, as redes de movimentos sociais “caracterizam-se por articular a heterogeneidade de múltiplos atores coletivos em torno de unidades de referências normativas, relativamente abertas e plurais” (SCHERER-WARREN, 2008, p. 515), as quais “pressupõe[m] a identificação de sujeitos coletivos em torno de valores, objetivos ou projetos em comum” (SCHERER-WARREN, 2006, p. 113).

⁵ O estudo das relações entre atores coletivos e organizações civis no Brasil, a partir da análise de redes sociais, pode ainda ser encontrado em Lavalle, Castello e Bichir (2006; 2007). A respeito de estudos da relação entre movi-

A rede de movimento social se desenvolve mediante o processo de construção da identidade coletiva⁶, indo além de um evento, de uma campanha ou de uma iniciativa específica. Os movimentos são redes não-hierárquicas e formas de organização com fronteira fluida definida pela identidade coletiva, ou seja, pelo reconhecimento mútuo de atores como membros do movimento interligados por uma cultura e solidariedade distintas (DIANI, 2003a; 2003b). A identidade coletiva traz consigo um sentimento de objetivo comum e de comprometimento partilhado, o qual permite que ativistas e/ou organizações se considerem indissolivelmente ligados uns aos outros em torno de uma causa comum (TOURAINÉ, 1981; cf. também DELLA PORTA & DIANI, 2006).

A presença de uma identidade coletiva que transcenda as fronteiras de um evento específico e reúna as diferentes ocorrências, manifestações e práticas de atores individuais, coletivos e organizacionais, e, ainda, que agrupe os diferentes contextos históricos e espacialidades envolvidas, é o principal elemento delimitador da rede de um dado movimento social. A consequência central desta definição é que o movimento social não se restringe à sua organização ou, muito menos, ao ato de protesto público. O movimento social (ou sua rede) é uma estrutura informal de organizações, grupos e indivíduos ligados por identidades coletivas ou reconhecimento mútuo, cuja ação pode ocorrer ao longo de um *continuum* intertemporal e passar por períodos de protesto específico e/ou de articulação com canais da política institucional.

mentos sociais e atores político-institucionais que utilizem a análise de redes sociais, no entanto, os mesmos ainda são raros, embora a abordagem relacional potencialmente favoreça tal investigação. Destaco, porém, o trabalho de Ansell (2003), o qual examina as relações entre movimentos sociais e agências do Estado e vincula a estrutura da rede social ao tipo de governança observado.

⁶ A noção de identidade coletiva trabalhada por Diani é oriunda da TNMS, especialmente de Alberto Melucci, que tem contribuído significativamente para a compreensão de aspectos-chaves do processo social associado a movimentos. Segundo Diani (2003b, p. 305), “a análise de Melucci da complexidade interna da ação coletiva, que é usualmente retratada como homogênea e coerente, é de relevância particular, nos oferecendo ferramentas para analisar as complexas negociações entre diferentes atores na emergência e reprodução da identidade do movimento”.

A noção de RMS, nestes termos, permite compreender o movimento como um *continuum* de atividade e identidade que envolve eventos de protesto e mobilização, mas também momentos de auto-reflexão e produção cultural e de atuação intra-institucional. O estudo da ação coletiva ao longo do tempo e suas reconfigurações foi negligenciado por grande parte dos trabalhos que, desde os anos 1970, assumiram a noção comum de movimento social como protesto público e empreendimento extra-institucional⁷.

Esses debates giravam em torno da distinção entre movimento social e outros atores políticos, porque o primeiro adota um modelo de comportamento político considerado “incomum”, em contraste com estilos de participação política convencional, como partido político, grupo de interesse, entre outros. O protesto público passou a ser considerado o fator central do movimento social que, por sua vez, enfatiza sua natureza não-institucionalizada ou *outsider*⁸ à política institucionalizada. Essa abordagem reconheceu o movimento mediante suas fases de intensa mobilização coletiva e atividade pública que, pelo seu caráter efêmero e cíclico, orientou inúmeros estudos explicativos acerca da emergência das *ondas de mobilização* ou *ciclos de protesto*⁹ (TARROW, 1997).

⁷ Ambas, TPP e TNMS, não romperam com a tendência de associar movimentos sociais com eventos de protesto e fenômeno extra-institucional, embora o façam por motivos distintos. Para a TPP, o êxito do movimento social converge com sua absorção e institucionalização pela política convencional, ou melhor, por suas demandas ao sistema político. Na TNMS, toda forma de relação com o Estado e o sistema político significa cooptação e perda de autonomia dos atores sociais. A abordagem de redes de movimentos lança maior atenção à conectividade entre eventos e sua relação com as redes de atores (sejam agentes sociais, sejam agentes político-institucionais).

⁸ Segundo Goldstone (2004), a dicotomia entre movimento *outsider* e *insider* à política institucionalizada não faz sentido e dificulta a compreensão das atividades do movimento ao longo do tempo. Além disso, a transição do movimento para “dentro” da política institucionalizada (por meio da ação de influência no resultado das políticas) é um resultado desejável, o que ocorre mediante o aumento do acesso ao sistema político. Para ele, o êxito do movimento decorre da combinação de diferentes estratégias de atuação – *outsider* e *insider*.

⁹ Para Sidney Tarrow, os movimentos sociais são caracterizados pela exposição de seus objetivos através de ação direta disruptiva contra as elites, as autoridades e outros grupos ou códigos culturais (TARROW, 1997, p. 22).

Conceber o movimento social como protesto e, portanto, como atividade extra-institucional, circunscreveu o estudo da emergência, do desenvolvimento e sucesso dos ciclos de mobilização política. Severos entraves para a teoria e a prática dos movimentos sociais são daí decorrentes. Em primeiro lugar, desconsiderou-se que a centralidade do protesto público varia conforme o movimento, por exemplo, ocupando posição marginal entre movimentos religiosos ou voltados a mudanças culturais; e movimentos que representam conflitos culturais e simbólicos normalmente se manifestam através da adoção de estilos de vida específicos (DELLA PORTA & DIANI, 2006). Em segundo lugar, formas alternativas de manifestação do protesto social têm surgido recentemente, por exemplo, por meio do uso das tecnologias de comunicação (internet e celulares), com novos repertórios de ação. Em terceiro lugar, negligenciou-se o estudo das formas de atuação e identidade coletiva do movimento ao longo de um *continuum* intertemporal. A este último aspecto me atarei um pouco mais.

A questão da dimensão temporal do movimento, ou seja, de sua existência e transformação intertemporal, é de suma importância. De um lado, de fato, os movimentos sociais se caracterizam alternadamente por períodos de intensa e parca mobilização. De outro, o reconhecimento do fenômeno de mobilização cíclica não desautoriza tratar a experiência do movimento ao longo de um *continuum*. Pertinente instrumento analítico à compreensão do movimento social ao longo do tempo é a noção de fase *visível* e fase de *latência* de Melucci (1996; 2002). Segundo o autor, na fase visível do movimento, ou fase de intensa atividade manifesta, prevalece a dimensão pública da ação, expressa através de iniciativas públicas, com formas diversas de demonstração de presença, intervenções nos meios de comunicação, entre outros, com alto nível de cooperação e interação entre os vários atores mobilizados.

A fase de latência corresponde à ação no interior das organizações do movimento e à produção cultural. É o período em que as relações entre organizações e grupos militantes são, em geral, restritas a contatos interpessoais e informais e a capacidade de mobilização da massa é reduzida (MELUCCI, 1996). Nesses casos, o movimento vivencia situações de reconfiguração dos elementos característicos de sua ação – sua forma de

atuação, identidade coletiva, códigos de pertencimento e reconhecimento mútuo –, e reelaboram suas referências identitárias do passado, reorganizando-as em um novo contexto.

Na fase de latência, a solidariedade coletiva e o senso de pertencimento a uma causa, embora presentes de modo reelaborado, não são tão óbvios como o são nos períodos de intensa mobilização pública. A identidade coletiva é ressignificada e alimentada pelas ações ocultas de um número limitado de atores. Segundo Della Porta e Diani (2006), a persistência destes sentimentos de pertencimento e identidade coletiva na fase de latência pode ter no mínimo duas consequências. Primeiro, criar as condições para o *revival* da ação coletiva e mobilização precedente. Segundo, as representações de mundo e identidade desenvolvidas em um dado período podem facilitar o desenvolvimento de novos movimentos e novas solidariedades, em um processo de gradual transformação.

Os movimentos contemporâneos constituem, assim, um modelo de funcionamento em dois pólos reciprocamente conectados. No dizer de Melucci: “A latência torna possível a ação visível porque proporciona os recursos de solidariedade que necessita e produz o marco cultural dentro do qual surge a mobilização. Esta última, por sua vez, reforça as redes submersas e a solidariedade entre seus membros, cria novos grupos e recruta novos militantes atraídos pela ação pública do movimento, que passam a formar parte de tais redes” (MELUCCI, 2002, p. 128).

Essas noções de fase visível e fase de latência, de Melucci, articuladas ao conceito de RMS, favorece a compreensão da produção e reprodução cultural e simbólica do movimento ao longo de um *continuum* intertemporal. Partindo de uma visão não-dicotômica entre ação extra-institucional e intra-institucional, cujas fronteiras nem sempre são precisas e impermeáveis, pode-se dizer que os movimentos podem atuar tanto em ações “movimentalistas” ou de protesto quanto em fóruns e canais da política institucional, exprimindo desenhos de manifestação política de modo continuado e intermitente. Nesses espaços diversos de atuação desenvolvem e reelaboram suas identidades coletivas ininterruptamente. A atuação intertemporal do movimento não significa, necessariamente, a persistência dos mesmos elementos

representativos da rede do movimento em um contexto específico, mas sua permanente re-elaboração e reorganização contextualizada.

Em suma, o conceito de RMS oferece contribuições relevantes ao estudo dos movimentos e de suas identidades coletivas, ao suplantar teorias dominantes centradas na estrutura de preferências e interesses, na mobilização de recursos, na organização formal, na atividade não-institucional. Por sua vez, valoriza a diversidade de dinâmicas identitárias, interacionais e conflituosas que se constituem entre uma multiplicidade de atores, assim como sua mudança (ou ressignificação) ao longo do tempo.

III. MAPEANDO OPORTUNIDADES POLÍTICAS NA REDE DE RELAÇÕES

Os teóricos do processo político enfatizam o contexto político-institucional como relevante à emergência da ação coletiva. Isso significa que a coordenação e manutenção dos movimentos sociais dependem da estrutura política externa aos indivíduos e às suas organizações. Para esta perspectiva, nem tanto os recursos internos ao movimento são propulsores da ação coletiva (dinheiro, poder, técnicas organizativas), como defendem teóricos da mobilização de recursos, mas ao contrário, são as oportunidades proporcionadas pelo ambiente político externo que favorecem a ação de agentes sociais. O movimento social, assim, resolve o problema da mobilização e organização da ação na medida em que responde às oportunidades políticas que oferecem recursos externos e coletivos ao movimento. Em outras palavras, o movimento é um fenômeno social “desencadeado pelos incentivos que criam as oportunidades políticas”, as quais o habilitam a “superar os obstáculos adversos à ação coletiva” na medida em que reduz os custos da participação (TARROW, 1997, p. 18).

Segundo Tarrow, são as oportunidades políticas que possibilitam ao movimento alcançar períodos de intensa mobilização, denominados *ciclos de protesto*, nos quais inclui até mesmo grupos com demandas moderadas e escassos recursos internos para a ação coletiva. Em contrapartida, a ausência de oportunidades políticas conduz a períodos de desmobilização dos movimentos, mesmo diante de grupos profundamente descontentes e com abundantes recursos. Neste sentido, a estrutura de oportunidades, entendida em termos de incentivo e redução dos

custos da ação coletiva, confere um papel secundário à mobilização de recursos econômicos e organizacionais, embora não os descarte.

Nas palavras do autor, “O conceito de oportunidade política coloca ênfase nos recursos externos ao grupo – ao contrário do dinheiro e do poder – que podem ser explorados inclusive por lutadores débeis e desorganizados. Os movimentos sociais se formam quando os cidadãos, às vezes animados por seus líderes, respondem a mudanças nas oportunidades que reduzem os custos da ação coletiva, descobrem aliados potenciais e mostram em que são vulneráveis as elites e autoridades” (*idem*, p. 49).

As mudanças na estrutura política mais destacadas pelo autor são: i) a abertura do acesso à participação; ii) as mudanças nos alinhamentos dos governos; iii) a disponibilidade de aliados influentes; iv) as divisões entre as elites. As oportunidades políticas são mudanças inconstantes que ocorrem no interior da estrutura do Estado e oferecem a chance de pessoas carentes de recursos internos se mobilizarem e criarem movimentos. Tarrow identifica as mudanças na estrutura de oportunidades de acordo com os períodos de democratização ou mudança de regime político, ou seja, contextos de proteção dos direitos civis, de acesso às instituições do sistema político e à mídia, e de redução dos mecanismos de repressão do Estado.

Como dito, a emergência de movimentos estaria intimamente relacionada às oportunidades oriundas de seu ambiente externo, se comparada às estruturas sociais e econômicas subjacentes. Tal abordagem é considerada uma inflexão em relação à Teoria da Mobilização de Recursos, por oferecer um ângulo analítico distinto e complementar que torna mais complexa a explicação precedente de ação coletiva. No entanto, uma implicação de significativa envergadura permanece, quer seja, o tratamento dos elementos estruturais (nesse caso, externos) do movimento, como um recurso que indivíduos, grupos ou organizações racionalmente acionam (ou não) com a finalidade de terem seus objetivos de mobilização e êxito alcançados. Conforme Tarrow: “Os movimentos exploram recursos [...] para conduzir as pessoas à ação coletiva. [...] Com os recursos externos atores com recursos [internos] escassos podem pôr-se em marcha e manter-se na ação coletiva contra oponentes poderosos. [...] A ação coletiva

prolifera quando se adquire acesso aos recursos necessários para escapar a passividade habitual e encontrar a oportunidade de usá-los” (*idem*, p. 45, 48, 148).

Restringir a explicação da ação coletiva à posse de recursos e ao cálculo de custos da ação pelo ator racional significa, no mínimo, ignorar que as práticas sociais que emergem da ação dos movimentos são construídas por processos dinâmicos – identitários e interacionais – em relações sociais, como enfatizado por teóricos dos novos movimentos sociais. E, nesse sentido, que a ação coletiva se move além do simples acesso ou intercâmbio de recursos – ela envolve a transmissão de idéias, o desenvolvimento de identidades e dinâmicas de interação comunicativa (MISCHE, 2003).

Tais apontamentos direcionando a suposta relação entre emergência de movimentos e acesso a recursos da estrutura política institucional não são os únicos endereçados aos teóricos do processo político; ocorrem ainda críticas voltadas especificamente à amplitude e vagueza do conceito de estrutura de oportunidades políticas (ver, por exemplo, GOLDSTONE, 2004). Neste artigo, destaco as contribuições do estudo de redes de movimentos sociais de Maryjane Osa (2003), que atenta para a diversidade de contextos político-institucionais de formação da ação coletiva.

A autora examina como redes de movimentos surgem e se desenvolvem mesmo frente a uma estrutura política adversa à ação coletiva, ou seja, em contextos não-democráticos onde o sistema político é relativamente fechado, opositores são perseguidos e a mídia é controlada. No estudo do *Solidariedade* na Polônia, Osa demonstra que com a ausência de oportunidades políticas que favoreçam a emergência de movimentos, as redes sociais desempenham papel de relevância, se constituindo na estrutura através da qual atores sociais desafiam o poder do Estado autoritário. Em suas palavras: “Redes sociais tencionam a capacidade de repressão do Estado e alavanca a base necessária para mobilização de grupos de oposição” (*idem*, p. 79).

A reconstrução da estrutura da rede do movimento *Solidariedade*, ao longo de três décadas, permitiu à autora compreender as variadas e consecutivas redes inter-organizacionais de oposição que se constituíram neste período até seu desfe-

cho mais expressivo – com a formação do KOR (Comitê de Defesa dos Trabalhadores), em 1976. Tal evidência forneceu elementos para Osa rejeitar a premissa de que a sociedade civil polonesa teria sido “reconstituída” repentinamente em 1976 e, por outro lado, que movimentos sociais inexistem em estruturas políticas autoritárias, ou seja, na ausência das oportunidades políticas descritas por Tarrow¹⁰. Assim, e ao contrário das explicações correntes, ela documentou que a rede de oposição na Polônia veio se desenvolvendo entre 1960 e 1980, tendo sido no decorrer de sua evolução interna caracterizada por distintas estruturas de redes inter-organizacionais que se correlacionavam a eventos ou “ondas de protesto” de diferentes dimensões.

Seguindo pressupostos pouco estudados das Teoria de Movimento Social, sobretudo o de que laços entre organizações são constituintes do movimento social, Osa sugere que redes diferentemente estruturadas podem afetar a formação do movimento, no que se refere à identidade ideológica, à coesão interna ao grupo e à conexão entre os grupos de oposição que compõem a rede do movimento. Desse modo, a autora redireciona a importância dada pelos teóricos do processo político à estrutura de oportunidades do contexto político-institucional para a estrutura da rede de relações. Isso lhe permite inferir acerca da não-determinação do contexto político para a emergência da ação coletiva e, por conseguinte, conferir centralidade à estrutura e dinâmica relacional presente nas redes de movimentos sociais.

IV. FRAME DE AÇÃO COLETIVA E ANÁLISE DE REDES SOCIAIS

A valorização do contexto cultural em que os movimentos estão inseridos e dos processos de construção simbólica que orientam a produção e manutenção da ação coletiva foi conduzida pela Teoria do Processo Político através do conceito de *frame* ou esquema de interpretação. Sua elaboração teórica representa uma tentativa de superar

¹⁰ A formação dos movimentos sociais no Brasil, de meados da década de 1970 a meados dos anos 1980, constituiu evidência empírica semelhante, conforme tratado por Ana Doimo (1995). Segundo Doimo, a emergência de movimentos reivindicativos de ação direta, no contexto político de confrontação com o regime autoritário, deveu-se ao apoio significativo de redes sociais, sobretudo de setores da Igreja Católica.

os obstáculos e críticas às teorias de oportunidades políticas e de mobilização de recursos que deixaram de examinar como ativistas constroem diferentes chaves de interpretação da realidade que orientam a ação e dão legitimidade à causa defendida pelo movimento.

O conceito de *frame* de ação coletiva foi originalmente formulado por Snow *et al.* (1986) a partir da teoria de Goffman e tem sido definido como um esquema de interpretação de uma dada realidade que habilita indivíduos a “localizar, perceber, identificar e rotular os acontecimentos em seu próprio espaço de vida e no mundo em geral” (SNOW *et al.*, 1986, p. 464). De acordo com essa perspectiva, os militantes dos movimentos são agentes ativamente envolvidos na produção e manutenção de significados e símbolos que dão suporte à mobilização dos membros e os legitima perante seus protagonistas, adversários e o público em geral. Os ativistas do movimento orientam-se por um conjunto de crenças e significados que dá sentido aos eventos que lhes ocorrem e inspira e legitima suas atividades e práticas de mobilização.

A constituição do *frame* (significados e símbolos) pelo movimento, ao mesmo tempo em que se conduz a percepção dos indivíduos sobre o mundo ao seu redor, tem a função de organizar a experiência e orientar a ação. Por meio do *frame*, ativistas elaboram e executam um conjunto de atividades de organização e coordenação do movimento, como recrutamento de novos membros e mobilização, construção de estratégias de ação, elaboração de metas e objetivos, identificação do problema/questão a ser perseguido e construção de vocabulário de motivação dos ativistas para mobilização.

No processo de ativação da mobilização do movimento, Benford e Snow (2000) identificaram três estágios ou dimensões do *frame*, assim denominados: diagnóstico, prognóstico e motivação. O *frame* de diagnóstico corresponde ao reconhecimento de um acontecimento como problema social, podendo ainda identificar seu responsável ou causador do problema em questão; a identificação da situação-problema e de seu responsável é um passo-chave da mobilização, ela implica na rejeição de abordagens concorrentes, direciona o movimento e sinaliza possíveis aliados no contexto político. O *frame* de prognóstico diz respeito aos caminhos plausíveis para soluci-

onar o problema e às estratégias a serem utilizadas; ele pode contemplar várias visões de solução existentes no interior de um movimento. O *frame* de motivação lida com a produção de motivação e incentivos necessários para ação, capaz de transmitir vocabulários apropriados de urgência, eficácia, propriedade e intensidade.

Segundo os autores, o *frame* de ação coletiva sofre variações conforme o movimento. A variação pode ser no nível de flexibilidade e inclusividade do esquema de interpretação, no escopo interpretativo e grau de influência, no poder de ressonância ou capacidade de repercussão. O “*master frame*” é um esquema de significação de grande amplitude, flexibilidade e inclusividade, capaz de incorporar e articular um grande número de temas ou idéias oriundas de diferentes movimentos com diferentes demandas. A magnitude e elasticidade do *master frame* permite que movimentos distintos se reconheçam entre eles e se apropriem de seu amplo escopo interpretativo, por exemplo, as noções de justiça social, direitos humanos, democratização, pluralismo cultural. A ressonância do *frame* não se relaciona diretamente com o grau de abrangência e inclusividade do esquema interpretativo, podendo ser observado tanto em um *master frame* como em um *frame* de movimento específico. A ressonância de um determinado marco cultural está associada à sua efetividade ou potencial de mobilização, isto é, à sua habilidade de convencer e influenciar o público sobre a relevância de um determinado tema ou assunto (*idem*).

O *frame* de ação coletiva foi enfatizado pelos teóricos do processo político como o principal elemento cultural dos movimentos sociais. Os autores admitem que a construção da cultura do movimento (e do *frame*) envolve diferentes dinâmicas e processos, como o estratégico, o conflitivo e o discursivo. No entanto, a maioria dos estudos de *frame* concentra-se no levantamento das características ou objetivos presentes no esquema de significação do movimento, ou seja, nos processos estratégicos associados ao alcance dos resultados pretendidos, como recrutar novos membros, mobilizar os ativistas, adquirir recursos de ação coletiva, ter sua demanda atendida.

Atenção menor é dada aos processos conflitivos e discursivos que ocorrem na construção, difusão e transformação do *frame* do movimento. No que se refere aos processos

conflitivos, os estudos acerca da dinâmica de disputas (*contention*) na definição do significado e sentido dos acontecimentos lançam ênfase na relação do movimento com agentes externos a si, como movimentos oponentes (*contra-frames*), público em geral, mídia, dirigentes políticos. Segundo esta abordagem, o *frame* de ação coletiva resulta de uma disputa seguida de negociação entre diferentes atores e instituições de fora do movimento e os ativistas do movimento pelo significado de uma certa realidade ou evento. Esta perspectiva, todavia, além de ignorar a diversidade de razões que pode mobilizar a *contention* política, negligenciam o conflito interno ao próprio movimento derivado das diferentes percepções e interesses de ativistas e grupos sociais. Neste sentido, a possibilidade de identificar outros conflitos potenciais torna-se limitada quando o processo de disputa é apreendido apenas em termos de certos temas e de atores externos ao movimento, desconsiderando as múltiplas orientações e diferentes posições presentes na mesma organização. Tal abordagem tem levado à redução da complexidade social e a uma visão de *frame* como consensual, homogêneo, estável e não-problemático.

Se considerados os processos discursivos na produção e reprodução do *frame* de ação coletiva, o descuido da literatura é ainda maior, dado os raros estudos que abordam a questão. O processo discursivo diz respeito à fala, à conversação e às comunicações escritas de movimentos que ocorrem no contexto de desenvolvimento de suas atividades. O exame deste processo permite identificar como os participantes do movimento discutem, debatem e deliberam idéias e temas políticos ao longo do tempo. Em outras palavras, o enfoque na dinâmica discursiva permite analisar como os atores constroem e reconstróem continuamente suas demandas de interesse, estratégias de ação e identidades, possibilitando capturar a dinâmica, o dissenso e a heterogeneidade na construção do esquema de significação da realidade.

A literatura de *frame* de movimentos sociais pouco avançou a respeito desses processos discursivos e narrativos e, nesse sentido, produz uma visão limitada e estática da dimensão cultural da ação coletiva. Seus estudos compreendem a cultura como forma simbólica pré-concebida e autônoma, sem atentar para o caráter co-constituente da cultura em suas relações com atores e estruturas diversas, ou seja, sua dinamicidade e

interdependência (MISCHE & WHITE, 1998). Quer dizer, desconsidera a interação entre atores e estruturas (culturais e institucionais) em um processo de influência mútua, no que tange tanto à capacidade de atores para construir, modelar e reformular as estruturas que subjaz a ação coletiva, quanto ao papel das estruturas na reconfiguração do tecido social e na construção de novas formas de se organizar, pensar e agir politicamente.

Na perspectiva de redes a investigação da dimensão cultural dos movimentos não se restringe à análise convencional de *frame*, mas percorre as práticas culturais de fala e comunicação interna a um determinado movimento e entre diferentes configurações de movimentos e organizações (MISCHE, 2003). Valorizando a gama mais ampla de processos relacionais que influencia a formação e desenvolvimento do movimento social, Ann Mische defende uma compreensão dinâmica de redes sociais, qual seja, como “processo de interação comunicativa constituída culturalmente” (*idem*, p. 259). Em vez de focar nos marcos culturais (*frame* e identidade, por exemplo) como elementos pré-definidos e autônomos, a autora lança luz sobre o modo pelo qual aquelas formas são construídas, modeladas, distribuídas e reconfiguradas através do mecanismo de conversação desenvolvido nos fóruns e espaços de debate e deliberação dos movimentos, numa abordagem dinâmica e de interdependência da cultura.

Mische articula a análise de rede formal à dimensão comunicativa dos movimentos sociais para compreender o processo de formação das relações do movimento ao longo do tempo, diferenciando-se dos estudos correntes. Com este intuito de investigar o processo pelo qual as relações entre diferentes atores e organizações de movimentos são geradas, sustentadas e transformadas continuamente no tempo, ela associa as estruturas relacionais das redes com as dinâmicas de interação comunicativa que emergem do contexto de definição das reivindicações e estratégias de mobilização dos ativistas. Mische identifica neste processo os mecanismos pelos quais as estruturas da rede interagem com formas culturais e mudam com o tempo, o qual denomina “mecanismos de formação da relação em configuração conversacional” (*ibidem*). Aquelas mudanças na relação entre rede e cultura vão influenciar o movimento como um todo, facilitando ou restringendo seu êxito; ou seja, a configuração

de uma relação entre o tecido relacional e o arcabouço cultural define importantes dinâmicas do movimento, como o recrutamento de membros, a coordenação das atividades e a formação de alianças.

Sua abordagem favorece a compreensão de complexos processos de ação coletiva, na medida em que destaca a multiplicidade de relações e a transversalidade dos contatos que se estabelecem no interior das redes de movimentos e entre elas. As dinâmicas conversacionais ou comunicativas (fala, linguagem, discurso, debate) que se formam entre os atores dão vida a relações entre redes de gênese múltiplas que, por sua vez, dão forma e sustentação aos movimentos. Em outras palavras, as relações do movimento na rede são construídas através do discurso, da fala, da conversação, no bojo da interação entre diferentes ativistas e organizações que verbalizam, discutem e negociam suas idéias, demandas e projetos. Também é por meio do mecanismo conversacional que atores criam novos repertórios de ação e novas formas de participação política, assim como se envolvem em disputas pela definição das estratégias de mobilização e formação de alianças. Em suma, e como expõe Mische, as “relações de rede são co-constituídas através de mecanismo conversacional, concatenada em uma ‘estrutura’ constituída mais ou menos firmemente que influencia o movimento social de forma sistemática” (*idem*, p. 278).

Esta abordagem, ao relacionar cultura e rede, nos permite desprender da compreensão da dimensão cultural dos movimentos sociais como formas culturais pré-concebidas e independentes, as quais comumente reificam a cultura e negligenciam sua complexidade e multidimensionalidade. “A recompreensão do caráter co-constituente entre rede e cultura nos permite mover em direção a uma compreensão profunda da dinâmica, da contingência e do caráter de multi-camada do movimento social e os processos sociais mais gerais” (*ibidem*). Nesse sentido, o estudo da dimensão cultural do movimento a partir da estrutura de sua rede (e a relação entre ambas) possibilita discernir suas múltiplas formas de manifestação e expressão, sobretudo na medida em que atores participam de diferentes movimentos e entidades superpostas.

A ênfase nos processos discursivos configurados no contexto de uma rede diversa de relações permite desnudar os múltiplos discursos e

narrativas, falas e linguagens do movimento, favorecendo o reconhecimento da multivocalidade do discurso e da linguagem presente na comunicação entre ativistas e destes com os movimentos e organizações. Além de desmistificar as manifestações culturais do movimento como consensuais, homogêneas e não-conflituosa, a abordagem de redes privilegia o exame da ação coletiva ao longo do tempo, reconstruindo os discursos parciais dos movimentos e, assim, percebendo seu caráter dinâmico, suas mudanças e permanências.

V. CONCLUSÕES

A análise dos movimentos sociais a partir da abordagem de redes sociais proporciona uma compreensão mais abrangente e complexa da ação coletiva, ou seja, busca apreender o processo de construção e atuação dos atores sociais a partir de seu pertencimento a um espaço relacional e dinâmico. A análise de redes sociais, neste sentido, oferece contribuições às teorias correntes, na medida em que: i) visa a construir uma abordagem de movimento social que valoriza sua estrutura relacional e a integração de diferentes (e complementares) conceitos analíticos na elucidação das relações presentes na rede; ii) busca consolidar enfoques alternativos à compreensão dos movimentos, antes negligenciados, associando-os à estrutura das redes de ação coletiva.

A rejeição do conceito de Organização de Movimento Social (OMS) e sua substituição pela noção de Rede de Movimento Social (RMS) permite analisar o movimento para além de suas organizações que, em geral, são múltiplas e variadas. Sob essa perspectiva, a rede de movimento social contempla uma heterogênea gênese, podendo ser formada por ativistas, grupos sociais, organizações, eventos, população em geral, cuja fronteira é delimitada pela identidade coletiva construída na própria rede. Segundo Diani (2003b), a idéia de rede como base para os estudos de movimentos sociais possibilita uma *análise multinível*, ou seja, que integra os diferentes componentes da gênese do movimento (indivíduos, organizações, eventos) em uma única estrutura relacional. A valorização da estrutura da rede do movimento favorece, ainda, a integração analítica dos conceitos de identidade coletiva e conflito social, desenvolvidos pelos teóricos dos novos movimentos sociais, na medida em que os concebe de modo interdependente à rede informal. Nesses termos, a rede do movimento é construída pela identidade

coletiva e pelas ações, e ambas se formam mediante às relações travadas nessa rede informal, em um processo de constituição recíproca.

A análise de redes sociais também ilumina elementos relevantes à explicação da emergência e desenvolvimento da ação coletiva que anteriormente encontravam-se ofuscados pelas teorias correntes. Como se demonstrou com Osa (2003), a estrutura de relações da rede do movimento pode tencionar a centralidade atribuída ao contexto político-institucional na formação do movimento, que pode ser tão diverso quanto antagônico. Desse modo, as próprias estrutura da rede e sua composição ideológica e de coesão interna (e externa) dos grupos e organizações podem estimular a formação do movimento, mesmo em conjunturas políticas autoritárias.

Contribuição igualmente valiosa foi destacada com o estudo de Mische (2003), o qual possibilita uma compreensão mais complexa e dinâmica da relação entre cultura e ação coletiva. Questionando o tratamento dos elementos culturais dos movimentos como formas pré-concebidas e autônomas, como fazem muitos estudos de *frame* e identidade, a autora evidencia que os marcos culturais interagem com as estruturas da rede através de mecanismos conversacionais e discursivos, em um processo de co-constituição que afeta as ações do movimento.

A abordagem de rede social está atenta à necessidade de explorar a atuação do movimento ao longo do tempo, acerca de questões e atividades de seu interesse, introduzindo mais explicitamente a dimensão do tempo nas análises. A compreensão da ação coletiva ao longo de um *continuum* intertemporal é vital para que reconfigurações, mudanças e permanências em seu padrão de atuação e identidade coletiva possam ser mapeadas, assim como sua relação com eventos específicos e, ainda mais, com a própria estrutura da rede.

Tal perspectiva contribui para explicar as variações na ação e identidade do movimento, passando por períodos de protestos públicos e contextos de articulação com os canais institucionais da política.

São diversas e profícuas as contribuições que a análise de redes tem a oferecer às Teorias de Movimentos Sociais, no entanto chamo atenção para um desafio que lhe diz respeito. Refiro-me à perspectiva que tende a conceber redes sociais como condutos ou vias de transmissão (ou intercâmbio) de recursos voltados a mitigar os custos da participação coletiva e favorecer a mobilização. Segundo Diani (2006), esses estudos não suplantaram a relação entre rede e participação desde uma perspectiva clássica de recrutamento individual e performance coletiva, a qual assimila rede à fonte de oportunidades e incentivos para escolhas individuais.

Observa-se que a redução de redes sociais a um mero recurso ao lado de outros dilui o potencial explicativo da abordagem relacional, tornando sua análise modesta diante da complexidade da ação coletiva. Aprender as redes sociais como recurso negligência, assim, a dimensão mais ampla dos processos relacionais que efetivamente influencia os movimentos, não indo além de uma compreensão estreita, subdesenvolvida e instrumental. Atenta a estes desafios, Ann Mische (2003) defende a necessidade de uma visão mais dinâmica de redes sociais que as conceba como processos culturais construídos comunicativamente na interação entre atores individuais, coletivos e organizacionais. Sua perspectiva interpretativa e de valorização da rede como processo gerado pela prática social permite examinar como as redes são construídas, modeladas e reconfiguradas por meio de interações culturais e, nesse sentido, permite suplantiar a percepção de rede tão-somente como canal de transmissão de recursos estratégicos.

Euzeneia Carlos (euzineia@hotmail.com) é Doutoranda em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP), Mestre em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANSELL, C.** 2003. Community Embeddedness and Collaborative Governance in the San Francisco Bay Area Environmental Movement. In: DIANI, M. & MCADAM, D. (eds.). *Social Movements and Networks*. Relational Approaches to Collective Action. Oxford: Oxford University.
- BENFORD, R. D. & SNOW, D. A.** 2000. Framing Processes and Social Movements: An Overview and Assessment. *Annual Review of Sociology*, v. 26, p. 611-639, Aug.
- BUECHLER, S. M.** 1995. New Social Movement Theories. *Sociological Quarterly*, v. 36, n. 3, p. 441-464, Apr.
- COHEN, J.** 1985. Strategy or Identity: New Theoretical Paradigms and Contemporary Social Movements. *Social Research*, New York, v. 52, n. 4, p. 663-716, Oct.
- COHEN, J. & ARATO, A.** 1992. Los movimientos sociales y la sociedad civil. In: _____. *Sociedad civil y Teoría Política*. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica.
- DELLA PORTA, D. & DIANI, M.** 2006. *Social Movements: An Introduction*. 2nd ed. Oxford: Blackwell.
- DIANI, M.** 1992. The Concept of Social Movement. *Sociological Review*, Oxford, v. 40, n. 1, p. 1-25.
- _____. 2003a. Introduction: Social Movements, Contentious Actions, and Social Networks: "From Metaphor to Substance"? In: DIANI, M. & MCADAM, D. (eds.). *Social Movements and Networks*. Relational Approaches to Collective Action. Oxford: Oxford University.
- _____. 2003b. Networks and Social Movements: a Research Program. In: DIANI, M. & MCADAM, D. (eds.). *Social Movements and Networks*. Relational Approaches to Collective Action. Oxford: Oxford University.
- _____. 2006. Networks and Participation. In: SNOW, D.; SOULE, S. A. & KRIESI, H. (eds.). *The Blackwell Companion to Social Movements*. Oxford: Blackwell.
- DIANI, M. & MCADAM, D.** (eds.). 2003. *Social Movements and Networks*. Relational Approaches to Collective Action. Oxford: Oxford University.
- DOIMO, A.** 1995. *A vez e a voz do popular*. Movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- EMIRBAYER, M.** 1997. Manifesto for a Relational Sociology. *American Journal of Sociology*, v. 103, n. 2, p. 281-317, Sept.
- EMIRBAYER, M. & MISCHKE, A.** 1998. What is Agency? *American Journal of Sociology*, v. 103, n. 4, p. 962-1023, Jan. Disponível em: http://ssc.wisc.edu/~emirbaye/Mustafa_Emirbayer/RESEARCH_2_files/what%20is%20agency.pdf. Acesso em: 15.jun.2011.
- GOLDSTONE, J. A.** 2004. More Social Movements or Fewer? Beyond Political Opportunity Structures to Relational Fields. *Theory and Society*, v. 33, n. 3-4, p. 333-365, June-Aug.
- GOHN, M. G.** 1997. *Teorias dos movimentos sociais*. Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola.
- LAVALLE, A. G.; CASTELLO, G. & BICHIR, R.** 2006. *Os bastidores da sociedade civil*. Protagonismo, redes e afinidades no seio das organizações civis. São Paulo: Centro Brasileiro de Análise e Planejamento.
- _____. 2007. Protagonistas na sociedade civil: redes e centralidades de organizações civis em São Paulo. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 50, n. 3, p. 465-498. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52582007000300002&script=sci_arttext. Acesso em: 15.jun.2011.
- MARQUES, E.** 2000. *Estado e redes sociais: permeabilidade e coesão nas políticas urbanas no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Revan.
- _____. 2003. *Redes sociais, instituições e atores políticos no governo da cidade de São Paulo*. São Paulo: Annablume.
- MCCARTHY, J. & ZALD, M.** 1977. Resource Mobilization and Social Movements: a Partial Theory. *American Journal of Sociology*, v. 82, n. 6, p. 1212-1241, May.

- MELUCCI, A.** 1989. *Nomads of the Present*. London: H. Radius.
- _____. 1995. The Process of Collective Identity. In: JOHNSTON, H. & KLANDERMANS, B. (eds.). *Social Movements and Culture*. Minneapolis: University of Minnesota.
- _____. 1996. *Challenging Codes*. Cambridge: Cambridge University.
- _____. 2002. *Acción colectiva, vida cotidiana y democracia*. Ciudad de México: Colegio de México.
- MISCHE, A.** 2003. Cross-Talk in Movements: Reconceiving the Culture-Network Link. In: DIANI, M. & MCADAM, D. (eds.). *Social Movements and Networks*. Relational Approaches to Collective Action. Oxford: Oxford University.
- MISCHE, A. & WHITE, H.** 1998. Between Conversation and Situation: Public Switching Dynamics across Network-Domains. *Social Research*, New York, v. 65, p. 295-324.
- OSA, M.** 2003. Networks in Opposition: Linking Organizations through Activists in the Polish People's Republic. In: DIANI, M. & MCADAM, D. (eds.). *Social Movements and Networks*. Relational Approaches to Collective Action. Oxford: Oxford University.
- SCHERER-WARREN, I.** 2006. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 21, n. 1, p. 109-130, jan.-abr.
- _____. 2008. Redes de movimentos sociais na América Latina: caminhos para uma política emancipatória? *Cadernos CRH*, Salvador, v. 21, n. 54, p. 505-517, set.-dez.
- SNOW, D.** 2006. Framing Process, Ideology, and Discursive Fields. In: SNOW, D.; SOULE, S. A. & KRIESI, H. (eds.). *The Blackwell Companion to Social Movements*. Oxford: Blackwell.
- SNOW, D. A. & BENFORD, R.** 1992. Master Frame and Cycles of Protest. In: MORRIS, A. D. & MUELLER, C. M. (eds.). *Frontiers in Social Movement Theory*. New Haven: Yale University.
- SNOW, D.; ROCHFORD, E. B.; WORDEN, S. K. & BENFORD, R.** 1986. Frame Alignment Processes, Micromobilization, and Movement Participation. *American Sociological Review*, v. 51, n. 4, p. 464-481, Aug. Disponível em: <http://www.nd.edu/~rmcveigh/reap/snow.pdf>. Acesso em: 15.jun.2011.
- TARROW, S.** 1995. Cycles of Collective Action: Between Moments of Madness and the Repertoire of Contention. In: TRAUGOTT, M. (ed.). *Repertoire and Cycles of Collective Action*. Durham: Duke University.
- _____. 1997. *El poder en movimiento*. Los movimientos sociales, la acción colectiva y la política. Madrid: Alianza.
- TARROW, S. & TILLY, C.** 2006. How Political Identities Work. *Hellenic Political Science Review*, New York, n. 27, p. 43-70.
- TOURAINE, A.** 1985. An Introduction to the Study of Social Movements. *Social Research*, New York, v. 52, n. 4, p. 749-787, Winter.
- _____. 1996. *O retorno do actor*: ensaio sobre Sociologia. Lisboa: Instituto Piaget.
- _____. 2002. The Importance of Social Movements. *Social Movement Studies*, v. 1, n. 1, p. 89-95.
- ZALD, M.** 2005. The Strange Career of an Idea and its Resurrection: Social Movements in Organizations. *Journal of Management Inquiry*, v. 14, n. 2, p. 157-166, June.
- ZALD, M. N. & ASH, R.** 1966. Social Movement Organizations: Growth, Decay and Change. *Social Forces*, v. 44, n. 3, p. 327-341, Mar.